

SUENYA SANTOS

ENSINAMENTOS AMAZÔNICOS EM TEMPOS DE CRISE AMBIENTAL E CLIMÁTICA: DIÁLOGOS ENTRE A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA E A ECOLOGIA POLÍTICA

Recebido em 15/05/2025

Aprovado em 31/07/2025

DOI: 10.69585/2595-6892.2025.1274

ENSINAMENTOS AMAZÔNICOS EM TEMPOS DE CRISE AMBIENTAL E CLIMÁTICA: DIÁLOGOS ENTRE A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA E A ECOLOGIA POLÍTICA¹

Resumo

O artigo apresenta reflexões sobre desenvolvimento e lutas emancipatórias no contexto de crise civilizatória, ambiental e climática, na ordem do capital, tomando como referência a Amazônia e os ensinamentos dos seus povos na construção da recomposição do sociometabolismo. O bioma se caracteriza por uma riqueza sociobiodiversa que contribui para o equilíbrio do conjunto ecossistêmico global e que se encontra em situação de extrema vulnerabilidade mediante o uso do seu território para a produção de commodities minerais e agropecuárias. A abordagem teórico-metodológica se orienta pelo materialismo histórico-dialético, buscando subsídios teórico-analíticos no pensamento social crítico, no diálogo entre os campos da crítica da economia política e da ecologia política. Considera-se a situação histórica da Amazônia como emblemática de um padrão de desenvolvimento predatório pela espoliação dos bens comuns, superexploração da força de trabalho, com o Estado conduzindo processos de mercantilização dos territórios. No contexto de crise, os conflitos e desafios se avolumam para a região pan-amazônica. Os ensinamentos dos povos amazônidas na resistência biocultural e na defesa da sociobiodiversidade deve servir de horizonte para as lutas emancipatórias, densando o conjunto de estratégias de uma transição ecossocialista, em aliança com as lutas classistas, antirracistas e feministas.

Palavras-chave: Amazônia; crise ambiental; lutas emancipatórias

SUENYA SANTOS

Professora associada do curso de Serviço Social do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras (UFF).

Email: suenyasantos@id.uff.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8851-2534>

¹ O artigo é fruto de avanços teórico-metodológicos proporcionados pelo pós-doutoramento em 2024 junto ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. <https://neachaia.uff.br/@nea.uffro>

Abstract

The article presents reflections on development and emancipatory struggles in the context of civilizational, environmental, and climate crises within the capitalist order, using the Amazon and the teachings of its peoples as a reference for the reconstruction of the socio-metabolism. The biome is marked by a rich sociobiodiversity that contributes to the balance of the global ecosystem as a whole, yet it faces extreme vulnerability due to the exploitation of its territory for mineral and agribusiness commodity production. The theoretical-methodological approach is grounded in historical-dialectical materialism, drawing on critical social thought through a dialogue between the fields of political economy critique and political ecology. The historical situation of the Amazon is considered emblematic of a predatory development model based on the plundering of common goods and the overexploitation of labor, with the State leading processes of territorial commodification. In this context of crisis, conflicts and challenges in the Pan-Amazon region are intensifying. The teachings of Amazonian peoples—through biocultural resistance and the defense of sociobiodiversity—should serve as a guiding horizon for emancipatory struggles, strengthening a set of strategies for an ecosocialist transition in alliance with class-based, anti-racist, and feminist movements.

Keywords: Amazônia, Environmental crisis, Emancipatory struggles

A incontestável crise ambiental e climática

O cenário contemporâneo de mudanças climáticas no nosso planeta é notório pela intensificação e aumento da frequência de fenômenos naturais como secas, inundações, incêndios, ciclones, tsunamis, dentre outros, a partir do aquecimento da atmosfera e dos oceanos, intensificando desigualdades sociais. Além do já acumulado nos últimos anos, no Brasil, apenas em 2024, vivenciamos uma inundação histórica no estado do Rio Grande do Sul, fogo se alastrando no Pantanal, Amazônia e Cerrado, secas nos rios amazônicos provocando deslocamento de populações. Os efeitos socioambientais desses fenômenos são diversos, com perdas materiais e subjetivas incalculáveis, e são vivenciadas de forma desigual, a partir de determinações classistas, patriarcais e étnico-raciais. Nesse bojo, a ciência vem assumindo como tarefa o desvendamento da interferência humana na questão climática, num contexto de ofensiva do ultraconservadorismo que se expressa na negação da ciência, na despolitização e moralização dos fenômenos sociais. Ademais, além dos fenômenos que vêm atingindo concretamente territórios, organizações populares e movimentos sociais têm incluído a questão ambiental em suas pautas, dando materialidade e dimensão política aos estudos que estabelecem uma relação entre o modo de produção e de viver da sociabilidade capitalista e o aquecimento global.

O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021) afirma que as atividades humanas contribuem para o aumento do aquecimento global. Notadamente são atividades produtivas oriundas do modelo de desenvolvimento capitalista que colocam em xeque a própria humanidade. As preocupações de governos, comunidades científicas internacionais, populações tradicionais, cidadãos dos centros urbanos, do campo e florestas e demais biomas, se avolumam. Apesar do acúmulo institucional de acordos estabelecidos em conferências sobre o meio ambiente, conduzidas pelo sistema Organização das Nações Unidas (ONU) desde a década de 1970 e pelas Conferências das Partes (COPs) desde a década de 1990, a dinâmica da mercantilização da vida permanece avançando sobre o meio

ambiente. Mesmo com dados científicos, lutas ambientais e acordos internacionais, reconhecendo a importância ao menos de políticas de mitigação e compensação ambiental, a conjuntura para o futuro próximo indica um cenário que aquece não apenas o planeta, mas as disputas geopolíticas pelo domínio de territórios e suas riquezas.

Dessa forma, adentramos o ano de 2025 num cenário de emergência climática que promete aprofundamento de crises, notadamente pelo impacto da vitória eleitoral do republicano Donald Trump nos EUA. O governo de extrema direita tem adotado um conjunto de medidas supremacistas que, por meio de políticas de cunho xenófobo, de ameaças a territórios estrangeiros, de rupturas com acordos climáticos e comerciais internacionais, alega superioridade para alavancar sua dominação econômica, política, cultural, perante o mundo globalizado. A crise civilizatória e do capital, persistente nas últimas décadas, em que a questão ambiental se impõe como central, ganha novos contornos:

A crise que vivemos é mais que uma crise do capitalismo, embora também o seja, é bom não esquecermos. É uma crise civilizacional cuja transformação se dá num tempo longo, mas que não deve perder o foco segundo o qual o capitalismo e a forma histórica que assumiu a civilização eurocêntrica que ameaça a sobrevivência da humanidade. Portanto, a superação da crise civilizatória deve começar com a superação do capitalismo como forma histórica que, hoje, nos ameaça a todos e todas. (Porto-Gonçalves, 2015, p. 87)

Em atenção à afirmação supracitada, devemos observar que o atual governo estadunidense se destaca no contexto bélico de ascensão de governos de extrema direita na condução política da gestão da crise e de guerras declaradas em curso. Nesse bojo, a violação de direitos humanos aos não-documentados no país, a violação de acordos climáticos, a imposição de limites à governança global, a declaração de guerra comercial, provoca uma corrida armamentícia que colide com as necessidades de enfrentamento à crise ambiental e à emergência climática.

Tais elementos conjunturais nos provocam a buscar saídas que alterem a estrutura que sustenta um modo de vida imperial e um modo de produção com superexploração de trabalhadores combinada com expropriação de territórios e suas riquezas. Essa dinâmica revela desigualdades entre as nações, conformando um capitalismo dependente:²

A ideia central do conceito de modo de vida imperial é a de que a vida cotidiana nos centros capitalistas só é possível, essencialmente, a partir da constituição de relações sociais entre humanos e relações entre sociedade e natureza *em outro lugar*, isto é, por meio do acesso ilimitado a mão de obra, recursos naturais e sumidouros (*sinks*) – ecossistemas que absorvem determinadas substâncias em maior quantidade do que as emitem no ambiente, em escala global, como as florestas tropicais e os oceanos, no caso das emissões de carbono. Para que os centros capitalistas sobrevivam, é crucial que as relações com a natureza em outras sociedades do Sul global sejam organizadas estrategicamente, de modo a garantir a transferência de elementos naturais e produtos originados de mão de obra (quase sempre barata) para as economias no Norte. Em contrapartida, o modo de vida imperial no Norte global estrutura as sociedades de outras regiões de forma decisivamente hierárquica (Brand & Wissen, 2021, p 87-88).

Em contraposição ao crescimento das respostas ultraconservadoras para preservar a lógica da acumulação de capital, devemos olhar para a realidade, observando as experiências que já estão em curso e as análises oriundas do campo do pensamento social crítico que costura o diálogo entre economia e ecologia política refletindo o acúmulo das lutas emancipatórias anticapitalistas.

Dessa forma, apenas com alguns elementos conjunturais apresentados se revela o nível da tensão geopolítica na atualidade, em que mesmo com evidências científicas sobre os efeitos danosos do aquecimento global, o

² “... as relações de troca desiguais e as transferências de valor dela decorrentes impõem particularidade à dinâmica interna e são respondidas com a superexploração, que pode se manifestar pelo pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; a intensificação do trabalho além dos limites normais e a extensão da jornada de trabalho além dos limites normais. Estas respostas permitem a ampliação do trabalho excedente e implicam uma remuneração do trabalhador abaixo do necessário para a sua reprodução” (Marini *apud* Brettas, 2020, p. 96-97)

produtivismo permanece como destino (aparentemente) inabalável da acumulação de capital. No jogo das relações econômicas internacionais entre países do Ocidente e Oriente, do Norte e do Sul global, há distinções entre Estados com maior ou menor presença direta nas transações de mercado, com ou sem políticas de redistribuição de renda, numa dinâmica hierárquica marcada por relações de dependência e desigualdades. Contudo, em comum há uma corrida produtivista como se fosse o único horizonte econômico possível, sendo que tal modelo de desenvolvimento está assentado em uma matriz energética e produtiva que provoca o aquecimento global. Destarte, mesmo com a crise ambiental impondo limites intransponíveis, acordos climáticos têm sido ignorados, o que denota que nem iniciativas do Estado, nem da governança global, são suficientes para as transformações necessárias, tendo em vista que permanecem sendo hegemônicas pelos interesses do capital.

Destacamos, portanto, que no contexto da crise ecológica e social, não adianta alterar o sistema energético se ele continua a gerar acumulação de capital, pois significa que a preocupação com o meio ambiente e a sociedade é puramente instrumental para os interesses do capital. Assim, sob o argumento de proteger a natureza, comercializa-se gás carbônico, ocupam-se terras indígenas para vender créditos de carbono, já que, na lógica vigente, culturas não totalmente integradas à produção mercantil são dispensáveis. Isso quer dizer que qualquer produção que se oriente pela lei do valor é guiada pela expropriação dos bens comuns e pela exploração da força de trabalho, desmascarando toda ilusão referente ao *neoliberalismo ambiental* (Porto-Gonçalves, 2013). Ao desvendar a natureza da globalização, o autor indica que, ao invés de promover medidas de “desenvolvimento sustentável”, o que ocorre é a captura da pauta ambiental pelo capitalismo que, sob o argumento de contribuir para a redução do aquecimento global, propõe a mercantilização dos bens comuns naturais. Processo este acelerado pelos organismos financeiros internacionais, *reduzindo a questão ambiental à questão climática*.

Saito (2024) apresenta uma leitura mais atual e complementar em que avalia o risco do *fascismo climático*, aumentando os desafios que indicam a necessidade urgente de mudanças estruturais nas relações produtivas e sociais:

Se nos aferramos à situação atual, não fazendo nada e nos apegando ao capitalismo e ao crescimento econômico, os danos causados pelas mudanças climáticas serão enormes. Num futuro não muito distante, muitas pessoas não conseguirão ter uma vida decente. Muitas pessoas perderão as suas casas e se tornarão refugiadas ambientais.

Porém, para a camada dos ultrarricos, é diferente. O capitalismo de desastre transforma as crises ambientais em oportunidades comerciais para torná-los ainda mais ricos. O Estado tentaria proteger os interesses dessas classes privilegiadas e reprimir rigorosamente os vulneráveis e os refugiados ambientais que ameaçam a ordem. Esse é o primeiro futuro, o “fascismo climático” (p. 76).

Nesse contexto, a região pan-amazônica é uma das regiões no mundo que merece um olhar atento, tendo em vista sua riqueza sociobiodiversa e ao mesmo tempo sua fragilidade mediante o aquecimento global e o modelo de desenvolvimento em curso. Destacamos uma região de clima tropical equatorial, abundante em águas que influenciam o regime de chuvas e o clima. O aquecimento global ganha outra dimensão nesses territórios, que se caracterizam por altas temperaturas ao longo de todo o ano, o que os incêndios e as secas históricas na região nos últimos anos têm sinalizado. A crise do fogo na Amazônia é sinônimo de relações complexas. O domínio do fogo pela humanidade possibilitou um salto evolutivo e na perspectiva ancestral tem sido manejado secularmente, pois ele traz nova vida vegetal a partir do que foi destruído. Contudo, incêndios criminosos têm tido um poder devastador na área, mediante a seca persistente, ameaçando não apenas espécies vegetais, mas animais, territórios e culturas. Portanto, a sociobiodiversidade e suas múltiplas possibilidades de vida e existência estão em risco.

Na perspectiva de situar as reflexões sobre desenvolvimento e lutas emancipatórias no contexto de crise civilizatória, ambiental e emergência climática, apresentando alguns ensinamentos amazônicos, tomo como referência teórico-metodológica a abordagem materialista histórico-dialética, buscando subsídios teórico-analíticos no pensamento social crítico, no diálogo entre os campos da crítica da economia política e da ecologia política.

Desenvolvimento e meio ambiente: mediações entre a crítica da economia política e a crítica da ecologia política

Uma questão secular que acompanha o desenvolvimento capitalista, e se coloca como central na atualidade, diz respeito a nossa relação com o meio ambiente e, portanto, envolve concepção sobre a natureza. A economia política surge como um corpo teórico-explicativo no século XIX, que fundamenta o desenvolvimento do capitalismo industrial, que já vinha se expandindo e se consolidando desde o século XVIII, estabelecendo uma relação com a natureza como recursos inesgotáveis a serem expropriados e colocados em operação no processo de produção de mercadorias para acumulação de capital. Em diálogo com teorias e movimentos contestatórios ao capital, Karl Marx elabora uma crítica inédita à economia política que revela como a acumulação se dá a partir de relações sociais que alimentam o circuito da produção/circulação/consumo de mercadorias, gerando ao mesmo tempo uma forma particular de pobreza, o pauperismo, como condição para a produção de riqueza a partir da expropriação dos meios de produção e exploração de trabalhadores. Há controvérsias acerca do posicionamento de Marx sobre o papel da natureza nesse processo. De início, destacamos que Marx se interessava pelo sociometabolismo; contudo, a questão ambiental não impunha limites à realidade da época, como na contemporaneidade.

Já a ecologia política ganha expressão e se constitui enquanto um campo do saber a partir da crise do capital do final dos anos 1960 até os dias atuais, reunindo críticas já anteriormente feitas ao produtivismo, ao consumismo e seus danos ambientais. Os pilares dessa crítica advêm da crise de

superprodução, da finitude dos bens naturais e das mudanças climáticas pelo uso intensivo de fontes de energia fóssil. Contudo, o debate é complexo e vem desafiando o campo da esquerda desde então, tendo em vista que países que vivenciaram experiências socialistas, igualmente adotaram uma industrialização ditada pelo produtivismo e conseqüentemente por uma relação predadora com a natureza. O fim do ciclo das experiências do socialismo real possibilitou uma retomada e revisão da obra de Marx a partir dessa lente no sentido de observar o papel atribuído à natureza no processo produtivo e na conformação de uma nova sociabilidade.

Destarte, se recupera que desde o século XIX várias interrogações colocaram em questão a relação entre sociedade e natureza. Mas é a partir dos anos 60 do século XX que a ecologia política reúne essa confluência de questionamentos em torno de si:

Alegadamente, o termo “ecologia política” apareceu pela primeira vez na literatura acadêmica em artigo escrito por Frank Throne em 1935 (Throne, 1935). No entanto, se a ecologia política se refere às relações de poder nas interações humano-ambientais, em estruturas hierárquicas e de classe no processo de produção e apropriação social da natureza, podemos tratar os precursores desse campo emergente de pesquisa no materialismo histórico e dialético de Karl Marx e Friedrich Engels – apesar de permanecer oculto sob a primária contradição entre capital e trabalho – e no anarquismo cooperativo social de Peter Kropotkin e sua ênfase – contra o Darwinismo social – na ajuda mútua na evolução e sobrevivência (Kropotkin, 2005; Robbins, 2012). A ecologia política foi forjada no cruzamento da geografia humana, da ecologia cultural e da etnobiologia para se referir às relações de poder no que diz respeito à intervenção humana no meio ambiente. Estabeleceu-se como disciplina específica e um novo campo de investigação e conflito social no início dos anos sessenta e setenta, desencadeada pela irrupção da crise ambiental, com os escritos pioneiros de autores como Murray Bookchin, Eric Wolf, Hans Magnus Enzensberger e André Gorz (Leff, 2013, p. 12).

Ainda segundo Leff (2013), alguns desses autores que conformaram o campo da ecologia política fizeram uma revisão do marxismo, sob uma abordagem

que denomina de *neomarxismo*. Assim, de acordo o autor, Enzensberger, inspirado em Marcuse, criticou o processo de industrialização cujas forças produtivas são deformadoras, pois destroem a nossa base material, e colocam em risco a própria sociedade humana. Tal lógica, conduzida pela ideia de produção de superabundância, se deu pela pilhagem sem precedentes na história, sendo os povos do Sul e as gerações futuras suas vítimas. Dessa forma, apesar de contestar a tese marxista de que o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas seria essencial para a promoção da abundância como condição para a construção do comunismo, Enzensberger teria reafirmado (Leff, 2013) outra tese marxista: a de que a riqueza se constitui a partir da miséria.

Inspirado em Polanyi, Gorz denunciou a apropriação dos domínios da vida social pela lógica capitalista mercantil. Nesse sentido, criticou a tecnologia como forma de dominação, somando-se a outros autores que a criticaram no sentido de buscar compreender o desenvolvimento das forças produtivas a partir de sua contribuição ou impedimento para a emancipação humana, buscando ir além da racionalidade econômica.

Faz-se importante destacar que Gorz (2013) indicava que a própria ciência e o desenvolvimento tecnológico modernos revelavam que toda atividade produtiva se baseia nos empréstimos da natureza através de seus bens finitos. Entretanto, não sacralizava a natureza, nem defendia um “retorno” a ela, mas insistia que a sociedade deveria compreender que a natureza limita a atividade humana. Caso contrário, ao ignorar esse fato, não conseguirá evitar restrições econômicas, nem mal-estar físico ou mental. Como exemplo, avaliava que, apesar do aumento do consumo, a tendência era a queda da qualidade de vida.

Walter Benjamim também figura entre os autores que questionam o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas antes ainda da conformação do campo da ecologia política:

[...] Walter Benjamin havia contestado a concepção tecnocrática e positivista impulsionada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Criticou a “decadência da aura” de objetos históricos e da natureza (Benjamin, 1936/1938), e vislumbrou um tipo de trabalho que, “longe de explorar a natureza, é capaz de dar à luz as criações que estão adormecidas em seu ventre como potenciais” (Benjamin, 1940/1968 *apud* Leff, 2013, p. 13).

Nessa trilha, a tecnologia, um debate central que Marx desenvolve no capítulo sobre Maquinaria e Grande Indústria em *O Capital*, e em outras passagens, se tornou o foco das análises dos neomarxistas, trazendo à tona a questão da crise da humanidade na modernidade, que posteriormente viria a se manifestar como crise ambiental.

Bookchin (Leff, 2013) teve um papel importante na abordagem neomarxista da ecologia política, pois congregou o pensamento anarquista, socialista libertário e ecológico, reivindicando uma postura política radical, que denominou de ecologia social. Já nos seus escritos do início dos anos 1960, vislumbrou que as mudanças climáticas resultariam dos desequilíbrios causados pelo homem pós-revolução industrial e que começaram a ser debatidas no cenário internacional a partir dos anos 1970. Em síntese, para ele era necessário romper com essa relação através da ecologia. Esta seria essencialmente crítica, expressando o reencontro do homem com a natureza, como caminho para uma sociedade verdadeiramente libertária, emancipada, a partir do potencial criativo humano que reside nessa relação.

Marcuse teve uma contribuição importante na revisão neomarxista, pois compreendia a natureza como constituidora do processo emancipatório de libertação. Bookchin foi além, buscando nessa análise uma práxis política a partir da racionalidade ecológica e do naturismo dialético para que a sociedade se emancipe. Assim, a ecologia de Bookchin propôs a alteração do foco na abundância (ênfase econômica) para o que é realmente necessário, ou seja, para uma produção voltada para a sobrevivência da humanidade. Nesse sentido, a emancipação passaria necessariamente por uma refundação da relação homem/natureza baseada, nos termos do autor, na “sustentabilidade da vida” (Bookchin *apud* Leff, 2013, p. 14). Esse debate inicial

abriu caminho para o que veio a constituir o campo político do ecossocialismo (Löwy, Münster, Tanuro, Saito, dentre outros) e no ecomarxismo (O'Connor, J.B Foster, dentre outros).

Saito (2024) retoma tal debate, compondo um grupo internacional que se dedica a revisitar a obra de Marx, incluindo seus cadernos de pesquisa, e Engels (projeto Mega - Marx, Engels Gesamtausgabe), em busca de chaves analíticas acerca da natureza e da questão ambiental na sociedade capitalista. Nesse sentido, a partir desse material inédito, identifica em Marx o estudo da obra do agrônomo Karl Fraas, que trata do colapso de civilizações antigas a partir de um uso predatório da natureza, além de outros estudos no campo das ciências naturais e da ecologia. Dessa forma, suas análises ganham outra densidade, contradizendo afirmações do jovem Marx sobre a importância do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas para a transição ao comunismo, ou seu apoio a processos de colonização como forma de desenvolver culturas consideradas atrasadas. Até então, sua obra tinha a marca do eurocentrismo. A virada de chave de Marx teria ocorrido na carta em resposta à Vera Zassúlitich (1881), em que reconhece que a análise histórica contida em *O capital* se restringia à Europa Ocidental. E mais, assume a importância das comunidades agrícolas na Rússia e da propriedade coletiva de terras como um ponto de partida para o desenvolvimento do comunismo. Assim, “a visão histórica progressiva eurocêntrica foi substituída por uma avaliação centrada nas comunidades não europeias” (Saito, 2024, p. 113).

Marx traz como um elemento de sua fundamentação para resposta à Zassúlitich o estudo do historiador Maurer sobre comunidades germânicas que sobreviveram à Idade Média preservando o uso comum da terra. Dessa forma, a sustentabilidade e a igualdade social dessas comunidades possibilitavam sua existência enquanto foco de liberdade e de vida popular, apesar da baixa produtividade em comparação à lógica da acumulação de capital. Tal dinâmica produtiva e social se caracteriza por uma economia circular, estável e sem crescimento econômico, o que, em sua acepção, não deve ser

percebido como sinônimo de pobreza. Os ecologistas Liebig e Fraas já haviam identificado que o aumento da produtividade era algo insustentável, pois prejudica o meio ambiente global e destrói a capacidade de regeneração da natureza. Um limite inquestionável na atualidade mediante a crise ambiental e climática. Tal crise criou um movimento acadêmico e político legítimo de revisita aos escritos de Marx na busca por análises e referências sobre o papel da natureza no modo de produção capitalista. Contudo, nos parece mais importante o seu legado metodológico de acompanhar a realidade em sua processualidade histórica, percebendo tendências, compreendendo suas contradições, com vistas a superá-las pelo protagonismo social e popular, construindo uma sociedade emancipada. Dessa forma, na contemporaneidade, a questão ambiental se evidencia como indissociada da questão social e que se particulariza, no caso latino-americano, não apenas pela dominação de classe, mas de raça, etnia e gênero. Nesse sentido, nos aproximamos do debate atual sobre a incidência do modo de produção capitalista sobre o clima.

Acompanhamos que ao longo da processualidade do debate sobre meio ambiente e clima, vem se colocando como questão o homem como sujeito ativo na promoção do aquecimento global. Mas há nuances nesse debate em que, no campo da ecologia política, alguns autores/as denominam esse momento histórico como Antropoceno, termo cunhado por Paul Crutzen que ganhou o prêmio Nobel de Química em 1995 e denunciava os efeitos da humanidade sobre os ecossistemas da Terra (Ferdinand, 2022):

A entrada em uma nova era, o Antropoceno, instala a ideia de que transpusemos um limite perigoso, o que pode nos levar a experimentar mudanças bruscas e irreversíveis, ilustrado – como a ponta do iceberg – pelo aquecimento global e por suas consequências na mudança climática, assim como pela extinção em massa e pela perda inerente da biodiversidade em grande escala (Svampa, 2019, p. 144).

Contudo, ainda no campo da ecologia política, há autores/as que consideram tal conceito insuficiente para caracterizar a crise em curso, tendo

em vista a antiguidade da humanidade. Dessa forma, tratar da influência humana no clima global sem explicitar seus elementos históricos e estruturantes nos leva a uma abstração que dificulta a compreensão da complexidade do problema e, portanto, de construção de saídas coletivas para a crise instalada. Dito de outro modo, corre-se o risco de permanecermos circunscritos num ambientalismo dominado por corporações, branco, patriarcal, que propõem saídas tecnológicas que acabam por renovar processos de acumulação por meio da chamada economia ou capitalismo verde (Tanuro, 2012) ou neoliberalismo ambiental (Porto-Gonçalves, 2013), ou ainda keynesianismo ambiental (Saito, 2024), ou fascismo ambiental (Saito, 2024). Portanto, alguns autores/as criticam a centralidade de uma forma econômica determinada de se relacionar com a natureza que se estrutura a partir de uma produção em larga escala, monocultural, de extração predatória de bens naturais, com superexploração da força de trabalho e expropriação de territórios.

Ou seja, para a compreensão da questão ambiental, se faz necessário um diálogo, orientado por subsídios teórico-metodológicos do pensamento social crítico, entre a economia política e a ecologia política. A partir de tais mediações é possível compreender que a atual crise ambiental e civilizatória é resultado de um longo processo histórico que tem sua origem na acumulação primitiva que, a partir dos cercamentos de terras, da colonização, da escravização, da proteção alfandegária, cria condições para que o mercado se torne central nas relações sociais, tendo a industrialização como uma matriz produtiva hegemônica que se dá a partir da propriedade privada da terra e outros meios de produção. Marx (1984) já indicava que esse processo foi acompanhado de muita violência. Federici (2017) complementa, destacando a violência contra as mulheres, com seus corpos sendo subjugados e dominados pelo próprio Estado através do movimento de caça às bruxas para a conformação de uma nova forma de sociabilidade.

Dessa forma, a acumulação capitalista tem essa marca originária indelével, passando pela industrialização marcada pela lógica concorrencial,

avançando pelo período monopólico marcado pela conciliação da acumulação de capital com direitos para os trabalhadores, a partir da sua organização política, até chegarmos em sua fase mais recente de questionamento dos direitos na era neoliberal, com a retomada ofensiva de formas de acumulação por espoliação (Harvey, 2014) ou expropriação (Fontes, 2010). Ou seja, na contemporaneidade, sob a égide do capital financeiro, bens naturais, direitos e serviços também se tornam ativos desse mercado, que se somam à extração de mais-valor com base em inovações tecnológicas, avançando sobre territórios, para a produção de *commodities* agropecuárias e minerais, como forma de manutenção das taxas de lucratividade para o capital.

Nesse sentido, Araújo (2020), ao investigar a mineração na América Latina, avalia que o extrativismo tem sido a matriz produtiva que conforma o *Capitaloceno*. Em seus termos:

Essa febre extrativista, a enorme mobilização desde então desatada – do carvão, do ouro, da prata e do mercúrio, passando pelo ferro, pelo chumbo e pelos hidrocarbonetos, para logo chegar ao urânio, ao plutônio, às terras raras e, de novo, ao ouro –, foi crucial e determinante na configuração desse ponto do umbral (in)civilizatório, esse evento-limite, na história e da história, que chamamos de Capitaloceno (Araújo, 2020, p. 33).

Ferdinand (2022) adensa a problematização do conceito de Antropoceno, indicando que o enfrentamento da crise ambiental passa necessariamente pelo reconhecimento de uma dupla fratura: ambiental e colonial. Nesse sentido, caso os movimentos ambientalistas continuem negando o protagonismo dos movimentos antirracistas, anticoloniais, antiescravistas e feministas, em especial, afrofeministas, a fratura permanecerá renovando apagamentos, desigualdades, colonizações, deixando uma parte significativa da população mundial de fora de uma saída coletiva. Dessa forma, o termo Antropoceno se ancora no habitar colonial que transforma paisagens em *plantations* para produção de monoculturas, que subjuga outros humanos e animais não humanos à lógica da acumulação. Ao apagar a história de violência que constitui o habitar colonial, essa ameaça se torna permanente.

A politização da questão ambiental se faz central e, nesse sentido, Ferdinand (2022) considera o termo Capitaloceno um avanço ao conectar o capitalismo e suas revoluções industriais às transformações nas paisagens da Terra, possibilitando críticas ao sistema. Contudo, reivindica o termo Plantationoceno, de Ana Tsing e Donna Haraway, como o que melhor caracteriza um modelo autoritário, padronizado, que impõe uma forma de exploração da terra que altera paisagens, provoca profundas desigualdades e injustiças espaciais. Avança ainda propondo o termo Negroceno para explicitar que a população negra foi alvo de racismo no processo de colonização que dá origem às mudanças climáticas. Em seus termos: “aqui a palavra ‘Negro’ não designa mais uma cor de pele, um fenótipo, tampouco uma origem étnica ou uma geografia particular. Ela designa todos aqueles que estiveram e estão no porão do mundo moderno: os fora-do-mundo” (Ferdinand, 2022, p. 81).

Esse debate é importante, pois evidencia que a dinâmica de acumulação do capital tem um lastro de violência, tendo se apropriado historicamente de corpos, territórios, culturas, provocando rupturas sociometabólicas que alteram o meio ambiente e o clima. Nesse bojo, as saídas ambientalistas que desconsideram essa processualidade, acabam por apostar em novas formas de colonização, já que o próprio capital oferece saídas tecnológicas que, sob o verniz de uma economia verde, acaba por expandir suas fronteiras em busca de novas monoculturas para o mercado das “energias limpas”, a exemplo das fazendas eólicas ou de placas solares ou ainda propondo compensações e mitigações, a exemplo de programas de crédito de carbono que crescem velozmente no país.

Na contramão do domínio do mercado sobre a natureza, tornando-a em ativos financeiros, há lutas e resistências em defesa do “comum”. Nos termos de Saito: “O ‘comum’ se refere à riqueza que deve ser partilhada socialmente e gerida pelas pessoas” (2024, p. 94), o que supõe a gestão democrática dos bens naturais como a terra, as águas, a biodiversidade, a atmosfera. Nesse sentido, o valor da natureza é incomensurável, pois é o que possibilita

a vida, em sua diversidade e plenitude, não devendo ser mercantilizado/financeirizado.

A partir dessa síntese que recupera alguns debates e polêmicas sobre o papel da natureza na crise contemporânea, destacamos que o campo da ecologia política revela conflitos em disputa pela natureza, e a contribuição do marxismo e seu método de análise crítica da realidade é inequívoca, numa necessária interlocução com a crítica da economia política:

A ecologia política é o estudo das relações de poder e dos conflitos políticos sobre a distribuição ecológica e as lutas sociais para a apropriação da natureza; é o campo de encontro da ontologia da vida e da ontologia da ordem mundial tecnoeconômica, de controvérsias acerca dos modos de compreender as relações entre a humanidade e a natureza e da submissão de culturas, de sua subsunção ao capitalismo e à racionalidade do sistema-mundo global, das estratégias de poder dentro da geopolítica do desenvolvimento sustentável e para a construção de uma racionalidade ambiental (Leff, 2021, p. 333-334).

Saito (2024) recupera em textos até então não publicados de Marx e na carta à Zassúlitch a importância de formas comunitárias de gestão das economias e da vida social. Não se trata da idealização e romantização das comunidades tradicionais. Contudo, desde a colonização até a contemporaneidade há que se reconhecer sua luta em defesa do “comum”, do direito ao meio ambiente, e da diversidade de formas de existência: “A ecologia política surgiu no Sul a partir de uma política da diferença enraizada nas condições ecológicas e culturais de seus povos, a partir de suas estratégias de emancipação para a descolonização do saber, da reinvenção dos territórios e da reapropriação da natureza” (Leff, 2021, p. 335).

Uma síntese importante que devemos reter desse diálogo crítico é a importância de caminhos diversos na construção de uma sociedade emancipada com um futuro sustentável. As brechas já estão em curso a partir das lutas nos territórios em defesa da vida, criando resistência à expansão do capital, o que passa pela construção de novos direitos ambientais, culturais, sociais.

É nessa perspectiva que a Amazônia, com suas Amazônias, ou seja, rica em diversidade, deve ser observada.

Ensinamentos amazônicos: histórias de roubo, degradação ambiental, lutas e resistências

Mediante a crise ambiental, Brum (2021) nos provoca a pensar a Amazônia como centro do mundo em função da sua importância para o equilíbrio dos ecossistemas. Por suposto que, além do papel da Amazônia na regulação climática, os oceanos, os glaciares e manguezais também são fundamentais e há cada vez mais necessidade de investimento em conhecimentos sobre esses ecossistemas. No que diz respeito à Amazônia, desde o período colonial há interesse científico internacional sobre a área que tem 63% do seu território dentro das fronteiras do Brasil. No entanto, ainda hoje as outras regiões do país mantêm uma relação colonial de ignorância e ocupação violenta desses territórios, desconsiderando seus povos, sua sabedoria ancestral e suas lutas, por caminhos diversos, em defesa da vida. Algo que precisa ser reparado no sentido de ampliar a defesa da riqueza sociobiodiversa e biocultural da região. Nesse contexto, qual seria então o papel da Amazônia?

Primeiro, é preciso considerar que a floresta amazônica se encontra no estágio clímax de um equilíbrio dinâmico, quer dizer, uma etapa bastante avançada da sua evolução natural. Esse ecossistema tem um equilíbrio clima/vegetação/solo extremamente delicado e a matriz eurocêntrica de conhecimento, a que hegemoniza nossas universidades, não dispõe de tecnologias apropriadas para lidar com ele, na medida em que os complexos tecnológicos que engendrou foram gerados no mundo de clima temperado que, sobretudo nos últimos 200 anos, esteve fundado no princípio atomístico-individualista (Porto-Goncalves, 1989) que disciplinarizou o conhecimento em detrimento das relações de conjunto (totalidade, holismo). É preciso, definitivamente, não desperdiçar o enorme acervo de conhecimentos e os complexos tecnológicos dos povos que habitam a região. Aqui mais do que a inter-, multi- ou transdisciplinaridade é fundamental

o diálogo de saberes para qualquer projeto de futuro da Amazônia. Ali, há pessoas que dizem “nois vai” e sabem para onde vão no meio de uma floresta onde, no mínimo, há onze mil anos vivem e desenvolvem conhecimento. Não olvidemos que o conhecimento é condição do viver. Não há produção de alimentos, por exemplo, que não seja ao mesmo tempo produção de conhecimento de alimentos. Não há fazer sem saber. O fato da maior parte dos povos que habitam a região nestes onze mil anos serem ágrafos, assim como as diferentes formações camponesas que se forjaram na região nestes últimos 400 anos, não quer dizer que não produziram conhecimento. Se me permitem, é um conhecimento que está *inscrito* nos seus fazeres, e não *escrito*. São saberes inseparados dos seus fazeres. São saberes tecidos em comum e desenvolvidos em relação *com* e não *sobre* a natureza. As epistemes dessas diversas formações étnicas e camponesas não separam natureza e sociedade, como a matriz eurocêntrica” (Porto-Gonçalves, 2015, p. 71)

Essa síntese reflete que, a partir da colonização das Américas, a tensão colocada por distintas formas de existência é permeada por múltiplas violências, impondo uma determinada visão de mundo. Esta hierarquização de povos, saberes, culturas, pelo recorte de classe, gênero, raça e etnia, tendo como medida o padrão dominante europeu. E, mesmo com tantos séculos de dominação, há ainda resistência, com seus fazeres e saberes. Compreendemos que a Amazônia possui uma centralidade no equilíbrio do ecossistema global, despertando interesse e monitoramento internacional. Destacamos, contudo, a necessidade de darmos continuidade aos avanços em nossa autonomia intelectual, rompendo com perspectivas que colonizam saberes e poderes desde a invasão colonial que defendem a insígnia do “desenvolvimento” centrado na perspectiva eurocêntrica disseminada como civilizatória e universal:

Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do

pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (Quijano, 2005, p. 126).

Tal dinâmica vem renovando a produção de valor por meio da intensificação da degradação ambiental, transformando, por meio da força de trabalho, os recursos naturais em mercadorias. Dessa forma, onde o ciclo desenvolvimentista se instala, gera lucro para poucos, e miséria e violência para muitos. Na era da financeirização da economia, esse modelo avança promovendo aquecimento global, perda de direito ao território, à cultura, à existência, para determinados grupos e classes sociais. Entendemos, portanto, a importância histórica de conhecer a particularidade desse imenso bioma com toda sua riqueza, a partir dos povos que o habitam ancestralmente e vêm enfrentando esse modelo de desenvolvimento, buscando limitar sua expansão, teimando em existir. Não se trata de pasteurizar a diversidade intercultural da Amazônia e romantizar formas de existência, que são complexas, nesse enfrentamento. Ao contrário, se trata de compreender sua particularidade em sua processualidade histórica, buscando estabelecer intercâmbio intelectual e cultural, trocas de ensinamentos e aprendizagens.

Numa aproximação inicial, consideramos que o atual modelo de desenvolvimento da Amazônia gera pobreza (Brum, 2021), criminalidade e insegurança (Abramovay, 2019)³. Na contracorrente hegemônica, a economia do conhecimento da natureza oferece um caminho alternativo assentado na combinação do protagonismo das populações tradicionais com a ciência e tecnologia, evitando a aceleração da destruição do sistema climático ⁴. Segundo Abramovay: “Os efeitos multiplicadores da economia da floresta em pé na área de serviços, de logística e de infraestrutura podem ser gigantescos, com benefícios também às populações urbanas” (2019, p. 13).

³ Apesar de Eliane Brum e Ricardo Abramovay não serem autores do campo da tradição marxista, trazem dados e algumas reflexões relevantes sobre a Amazônia que, neste artigo, são submetidos a análises por autores do campo crítico da economia e da ecologia política.

⁴ Consultar PAINEL CIENTÍFICO PARA A AMAZÔNIA. Diálogos entre saberes por uma Amazônia que queremos: debatendo o futuro e o presente da Amazônia. Disponível em <https://www.aamazoniaquequeremos.org/wp-content/uploads/2023/10/Publica%C7%A7%C7%83o-SPA-Bori-Nexo.pdf>

Em concomitância, o Estado precisa assumir a proteção da floresta e de seus povos, combatendo o crime, como o de grilagem, controlando as áreas públicas e protegidas, que têm sido alvo intensivo de atividades, legais ou criminosas, ligadas ao agronegócio, à mineração, à exploração de madeira, tráfico de animais e à produção energética.

Contudo, a hegemonia até o presente momento do modelo de desenvolvimento baseado no desflorestamento deixa um rastro de danos socioambientais, gerando desigualdades e tensões. A partir de dados empíricos e estudos sobre a região amazônica, Abramovay desenvolve um trabalho que

procura mostrar que o padrão de crescimento da Amazônia nas últimas décadas desestimulou o fortalecimento da economia regional, não elevou o padrão de vida da população e trouxe danos ambientais que comprometem a própria produção agropecuária. Ao revelar que em 95% dos municípios da Amazônia as condições de vida são piores que as de outras regiões do Brasil, o Índice de Progresso Social (IPS) explica: o desempenho da região “está associado a um modelo de desenvolvimento fortemente marcado pelo desmatamento, uso extensivo de recursos naturais e conflitos sociais” (2019, p. 19).

No processo de construção da luta contra-hegemônica é preciso desnaturalizar esse modelo de desenvolvimento, sendo importante conhecer a dinâmica da região a partir da invasão colonial europeia. Nesse sentido, resgata-se que à exceção do ciclo da borracha (1870-1910/20), do período colonial até os anos 1960, predominavam práticas culturais ancestrais com base num metabolismo biológico equilibrado, mesmo com o avanço progressivo do capitalismo. A integração ao comércio internacional da região amazônica tinha suas características específicas e, com seu vasto território, muitas culturas extrativistas permaneceram mantendo um manejo ecológico equilibrado. Cabe registrar que há estimativa de que os primeiros grupos humanos chegaram à região há aproximadamente 13 mil anos⁵. E quando houve a invasão europeia havia grandes civilizações pré-colombianas, como os maias, astecas e incas:

⁵ Consultar Neves, 2022.

Sem contar com o mesmo desenvolvimento tecnológico do europeu, os povos indígenas amazônidas consumiram, domesticaram, cultivaram e disseminaram diversas espécies agrícolas amplamente utilizadas no mundo atualmente, contribuindo para a produtividade e diversidade da agricultura mundial: macaxeira (aipim), mandioca, batata-doce, milho, pimentas, pupunha, urucum, cará, jenipapo, abacaxi, amendoim, tomate, cacau/chocolate, baunilha, maracujá, abiu, biribá, taioba, entre outros. Batata e feijão são originários do continente americano, e eram amplamente conhecidos desde antes dos colonizadores europeus. Apesar dos olhos do colonizador estarem voltados para os metais preciosos, a batata foi muito importante para diminuir a fome na Europa, reduzindo o preço da força de trabalho, elevando os lucros e permitindo a continuidade da acumulação de capital (e do investimento), fundamental à Revolução Industrial (Marques, 2019, p. 40).

Nota-se então que, desde a colonização, o primeiro grande ciclo de exploração foi marcado pelo extrativismo das chamadas drogas do sertão, com destaque para o cacau. Era uma economia frágil. No século XVIII, as reformas pombalinas modernizaram as relações econômicas, expulsando os jesuítas e criando diretórios administrados a comando das elites para drenagem das riquezas com base na submissão violenta das populações indígenas à lógica do trabalho para o mercado. Na segunda metade do século XIX a situação muda com a exploração da borracha, que se tornou matéria-prima da indústria burguesa. O problema da força de trabalho foi resolvido com a migração nordestina. Contudo, esse ciclo se esgota e no século XX, no período republicano, há uma retomada da ocupação da Amazônia por iniciativas do Estado.

Marques (2019) lembra que desde o governo de Getúlio Vargas tem início um processo de ocupação da Amazônia a partir da concepção de ocupação de “espaços vazios”, o que vai sendo renovado no período desenvolvimentista e passa pelos governos militares, oriundos da ditadura civil-militar:

Com o golpe empresarial-militar de 1964, os governos ditatoriais desenvolveram um discurso de ameaça à soberania brasileira sobre a

Amazônia. O discurso sobre pressões externas colocava a Amazônia na Doutrina de Segurança Nacional e tirava paulatinamente da região a possibilidade de elaborar um projeto regionalista. Compreende-se, assim, a ênfase dada a uma noção artificialmente desenvolvida: a de que o espaço amazônico era vazio – desconsiderando a presença do indígena, caboclo, migrante, posseiro, dos remanescentes de quilombos, entre outros. Se assim era, restava tão somente ocupá-lo. E isso foi feito, mas privilegiadamente por militares, grandes proprietários e pelo capital (Marques, 2019, p. 89-90).

A onda desenvolvimentista que chega na América Latina a partir da incidência da hegemonia dos EUA, encontra na Amazônia uma região geopolítica difícil de ser integrada pela sua dimensão e complexidade socioespacial. Contudo, com a Revolução Cubana (1959) e a ameaça comunista, os EUA constroem a Aliança para o Progresso, possibilitando a promoção de governos antidemocráticos e autoritários para garantir a ampliação de sua hegemonia ideológica, produtiva e financeira na América Latina. Já no contexto da ditadura civil-militar no país, a Amazônia passa a ser vista como um grande vazio demográfico, dando início a processos de colonização que serviram de antirreforma agrária (Porto-Gonçalves, 2017). Nessa dinâmica, as estradas se tornam o símbolo do progresso e os rios o símbolo do atraso, chancelando um novo ciclo de violência contra os povos originários. Esse processo se disseminou pela América Latina, abrindo as riquezas da Amazônia para a exploração mundial:

Enfim, sobretudo a partir da década de 1960, a Amazônia passa a viver a tensão de territorialidades derivada de dois padrões sociogeográficos em conflito, a saber: o padrão que se organizara ancestral-historicamente em torno dos rios-várzea-floresta e do “máximo controle de pisos ecológicos” do mundo andino-amazônico se vê subordinado por outro padrão que passa a se organizar em torno das estradas-terra firme, explorando seu solo e seu subsolo, destruindo seus bosques e várzeas e barrando seus rios com todos os efeitos danosos que daí emanam, entre eles, a poluição de suas águas e a queda da piscosidade e, assim, da oferta de proteína tradicional de seus povos (Porto-Gonçalves, 2017, p. 35).

Tal desenvolvimento foi acompanhado de violência, de fluxos migratórios importantes, tornando evidente que pensar a violência urbana nos remete a pensar as espoliações e expropriações nos diferentes biomas do país, habitados por populações com suas formas de trabalhar e se reproduzir, de lutar e resistir.

O Estado teve um protagonismo importante na condução da ocupação e integração da Amazônia sobretudo a partir da ditadura civil-militar, promovendo garantias fiscais e creditícias para favorecer o setor agropecuário. Em 1967 Castelo Branco criou a zona Franca de Manaus e criou o código da mineração, estabelecendo que o subsolo pode ter sua exploração concedida pelo Estado. Assim se organizaram as bases jurídicas para aumentar a exploração da riqueza na Amazônia. Segundo Médici (1969-1974), era uma região de terra sem homens que precisava ser ocupada por homens sem terra. Por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, se promoveu uma política de assentamentos para distribuir alguma terra com o intuito de não democratizá-la de fato: “Na prática, os pequenos produtores, em geral, cumpriram a função de abrir a mata, em regiões de difícil acesso, para os médios e grandes proprietários que viriam depois” (Marques, 2029, p. 161).

Com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) no início dos anos 70, a Amazônia é tida como uma “fronteira de recursos”. Para tal construiu rodovias, promoveu um desenvolvimento centrado no setor privado, apoiando a colonização para ocupação de “espaços vazios”. Com a crise do petróleo e o fim do milagre econômico, de 75 a 79 o II PND destinou a Amazônia para exportação de produtos minerais. A concentração de investimentos foi em transporte, energia e minério. O III PND, após a ditadura, se destinou a complementar os planos anteriores. Os interesses do capital prevaleceram. Os pobres, caboclos, continuaram tratados como sem capacidade, sem poder de decisão. Contudo, trabalhadores começaram a se organizar em sindicatos, partidos e outras organizações, aumentando os conflitos. Lideranças continuaram sendo assassinadas, Chico Mendes sendo uma delas, e

sua morte teve repercussão internacional, dada a importância da luta dos povos da floresta.

Em síntese, o Estado financiou a expansão das fronteiras agrícolas, aumentando os desmatamentos e conflitos. O processo de revisão da Constituição Federativa nos anos 1980 trouxe um novo fôlego às lutas sociais. Houve destaque para a questão ambiental, a partir de mobilização de indígenas, quilombolas e das populações extrativistas, de parlamentares e de outros setores sociais que chamaram a atenção do mundo para a importância da Amazônia.

Não obstante, mesmo com avanços sociais e ambientais importantes na Constituição Federativa de 1988, os governos federais eleitos democraticamente a partir de então assumem medidas de orientação neoliberal para avanço do domínio econômico, político, ideológico, de segmentos da burguesia. Nesse contexto, nos anos 1990 têm início projetos de integração da América Latina. Um resultado que merece nossa atenção é a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (Iirsa), criada em 2000, com protagonismo do Brasil. Se até os anos 1960/70 a ocupação no espaço amazônico tinha intervalos espaçados de tempo, a partir da Iirsa, num contexto de hegemonia neoliberal, há uma intensificação e aceleração dessa ocupação com diversos megaprojetos concomitantes com grandes consequências ecológicas, culturais e políticas para a região e para o planeta (Porto-Gonçalves, 2017).

Com a vitória eleitoral de Lula e a condução dos governos petistas (2003/15), configurando um neodesenvolvimentismo (Castelo, 2012)⁶, adotou-se como política o financiamento de grandes obras com o fundo público administrado pelo BNDES por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Cabe destacar que, em 2010, dos 31 projetos considerados prioritários da Iirsa, 14 envolveram diretamente a Amazônia, com hidrelétricas ocupando

⁶ Ao analisar a realidade brasileira, Castelo (2012) considera que o neodesenvolvimentismo (ou sociodesenvolvimentismo) busca conciliar o inconciliável, ou seja, manter o poder e privilégios das classes dominantes, associados aos investimentos internacionais, seguindo políticas ditadas pelo mercado financeiro, e, ao mesmo tempo, promover justiça social.

centralidade em termos de produção de energia, além do petróleo e do gás, gerando demanda por criação de infraestrutura, como construção de estradas, gasodutos, oleodutos, etc. Com o governo de Bolsonaro (2019/2022) aumentou a militarização na gestão ambiental que guarda uma lógica de não reconhecimento da importância das populações tradicionais, favorecendo as atividades agropecuárias, de extração madeireira, mineradoras, a despeito dos seus impactos sobre as desigualdades sociais e ambientais. Na atual gestão de Lula à frente do governo federal, o PAC conta mais com financiamento da iniciativa privada na retomada de projetos de desenvolvimento. A permanência dessa dinâmica provoca desmatamento, aquecimento global e incide diretamente sobre a vida das populações que se encontram no raio de instalação de tais empreendimentos, gerando tensões sociais e conflitos territoriais.

No contexto de aprofundamento de políticas neoliberais, há o crescimento do gado, da soja e da mineração na Amazônia que demandam obras para integrar a cadeia produtiva aos mercados e demandam produção de energia. Assim, portos, hidrovias, rodovias, ferrovias, hidrelétricas, também pressionam as comunidades tradicionais a saírem do caminho do desenvolvimento. A Lei Kandir (1996), que isenta de impostos a exportação de produtos básicos, como agrícolas e minérios, e a privatização da Companhia Vale (1997) são alguns dos marcos de favorecimento do mercado.

De forma complementar, contrarreformas vem sendo conduzidas para alterar a legislação agrária e ambiental favorecendo a grilagem de terras e dificultando a fiscalização do trabalho escravo e dos crimes ambientais. A situação ganha mais complexidade, pois muitos empreendimentos violadores de direitos são vinculados ao capital financeiro e ao mercado global, provocando desterritorialização:

Segundo o Imazon, em 1978 apenas 1,78% da área do estado estava desmatada, mas esse percentual aumentou para 28,5% na década de 2010... Conflitos e problemas diversos eclodiram desde então – entre os quais, a ocorrência de casos de trabalho em condições análogas à escravidão (Marques, 2019, p.195-196).

Mesmo nos governos Lula esse lugar de extração da riqueza da Amazônia não cessou. Ao contrário, o próprio BNDES financia atividades. Tem havido aumento das atividades que degradam o meio ambiente, aumentando a pressão sobre a floresta e sobre as águas e se beneficiam da superexploração da força de trabalho. Como resultado, enquanto nossas riquezas são drenadas para o mercado externo, seja na forma de produtos primários, seja como ganhos das companhias repassados aos acionistas, a pobreza fica conosco. Junto da produção agropecuária e mineral há trabalho escravo, assassinatos, prostituição infantil, fome, desagregação social, crise urbana e generalização do desemprego e da pobreza:

A pobreza se generaliza e se reproduz. Pelos números divulgados em 2013, com dados de 2010, o estado paraense estava na nada confortável antepenúltima colocação no ranking nacional (25.º lugar) em desenvolvimento humano, empatado com o Piauí e somente à frente de Alagoas e Maranhão (penúltimo colocado e também da região amazônica). Os 10 municípios brasileiros com pior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) encontravam-se todos na Amazônia Legal, sendo quatro no Pará, inclusive o pior de todos, Melgaço, localizado na ilha do Marajó, onde se estimava que até metade da população municipal fosse analfabeta. *Entre os 20 municípios com os piores IDHs do Brasil, 15 eram da região amazônica* (Marques, 2019, p. 221-222, grifos nossos).

Trata-se de um conjunto de trocas econômicas, sociais, ecológicas, desiguais. Vendem-se produtos primários (alimentos e matérias-primas) e compram-se industrializados. As nações dominantes continuam investindo em inovação tecnológica e a burguesia local busca compensar essa perda aumentando a exploração do seu trabalhador, seja pelo aumento da jornada de trabalho, seja pela intensidade, pela redução do emprego de trabalhadores, para recompor a mais-valia perdida. Autores como Ruy Marini e Theotônio dos Santos, da Teoria Marxista da Dependência, acusaram sobre o processo:

O barateamento dos produtos básicos (*commodities* agrícolas e minerais) exportados pela Amazônia também contribui para a diminuição do gasto que as economias centrais têm com o capital constante (nesse caso específico,

com matérias-primas). Em situações de crescimento econômico, isso leva ao aumento dos lucros. Em momentos de crise, ajuda a contrabalançar a queda das taxas de lucro, contribuindo para a saída da recessão nas economias dominantes (Marques, 2019, p. 268).

Em síntese, mesmo em tempos de financeirização da economia, toda a origem do lucro, da renda fundiária, é advinda da apropriação do trabalho excedente, que impõe aos trabalhadores e trabalhadoras relações extremamente precárias de vínculos empregatícios e de vida. A biopirataria e a pilhagem de recursos genéticos, de propriedade intelectual, degradação ambiental, compõem elementos da acumulação por espoliação tematizada por Harvey (Marques, p. 270-271).

A financeirização da natureza por meio da produção de *commodities* mineiras e agropecuárias e por meio do mercado verde se expressa no avanço espacial do agro-minero-hidro-bio-carbono-negócio (Malheiro; Porto-Gonçalves, Michelotti, 2021), que é acompanhado da degradação ambiental e superexploração da força de trabalho. A militarização da região tem sido uma estratégia desde o período da ditadura-civil militar, que trata os povos amazônidas como inimigos desse modelo de desenvolvimento que favorece a iniciativa privada.

Contudo, são os povos que não separam cultura da natureza e vêm há milênios cultivando e manejando esses vastos territórios, produzindo biocultura. Dessa forma, onde há população tradicional, há diversidade, há floresta, e onde há capital, há desmatamento, contribuindo com o aquecimento global. Essa luta vem de longe, com diversidade de povos e organizações, abrigados dentro do conceito ampliado de campesinato. Os caboclos constituíram uma denominação para a multiplicidade de povos que habitam as beiras dos rios. Na década de 1980, no processo de transição democrática de luta pela Constituinte, outras identidades surgiram na luta por direitos, por territórios, por liberdade. Nesse bojo, temos indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, extrativistas. Destaca-se a grande importância da criação das reservas extrativistas. Contudo, com a ampliação da ocupação

da Amazônia pela mineração, agronegócio, hidrelétricas, no rastro da abertura de rodovias, ferrovias, portos, barragens, surgem movimentos em defesa da reforma agrária, pela soberania na mineração, atingidos por barragens, cujas lutas continuam vivas, complexificando a luta de classes.

Assim, no caminho do agro-minero-hidro-bio-carbo-negócio os movimentos disputam território com projeto de vida. Nessas experiências as memórias bioculturais de indígenas e camponeses são resgatadas e o campo agroecológico reúne tais saberes, estabelecendo mediações entre ciência, conhecimento popular e política. Tais resistências se contrapõem à ofensiva territorial e jurídica que busca flexibilizar a legislação, favorecendo empreendimentos do capital. Nesse sentido, a luta contra o projeto de lei conhecido como Marco Temporal (em que os povos indígenas só teriam direito às terras ocupadas na data da promulgação da Constituição de 1988) e a implementação de protocolos em acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (em vigor no Brasil desde 2003) deveriam ocupar centralidade, unificando todas as lutas pelo direito ao território, como a reforma agrária, a titulação das comunidades quilombolas, os direitos das populações ribeirinhas.

O contexto de crise civilizatória da ordem do capital aumenta os desafios para a região pan-amazônica. Recuperar a biocultura dos amazônidas e sua defesa da sociobiodiversidade empreendida por lutas emancipatórias deve compor o conjunto de estratégias de uma transição ecossocialista, pelo acúmulo de experiências de um sociometabolismo mais equilibrado com a natureza, em aliança com as lutas classista, antirracista, feminista. Nessa direção, o fundo público deve ser disputado para investimento em áreas de interesse social.

Conclusão

Imersos neste contexto de crise civilizatória do capital, marcadamente pela crise ambiental e climática, a região pan-amazônica tem uma função estratégica para o planeta no reconhecimento de múltiplos modos de vida de comunidades

tradicionais, e povos originários com cerca de 180 línguas. Partimos do suposto que tais comunidades fazem resistência aos avanços do capital em seus territórios, buscando construir uma outra sociabilidade que recupere o equilíbrio sociometabólico na relação entre homem e natureza, entre sociedade e meio ambiente, tendo um papel importante na preservação e conservação ambiental. Mas a luta não se dá apenas nos territórios em nível local, pois ao longo das últimas décadas têm-se construído alianças entre os povos das florestas, das águas, do campo, da cidade, fazendo com que as lutas ecoem no mundo globalizado. Dessa forma, o desenvolvimento do capital gera conflito, mas também resistência em defesa da vida em sua sociobiodiversidade. Nesse sentido, “para a classe trabalhadora, os conflitos socioambientais são nada menos que a expressão concreta de lutas coletivas para reaver ou manter a possibilidade de dispor da natureza (ou do meio ambiente e seus recursos) para atender necessidades de sobrevivência” (Santos *et al.*, 2021, p. 230).

De forma complementar, recorremos à acepção de Porto-Gonçalves que afirma que “o conflito é o momento em que as contradições se mostram em estado prático e, como tal, são momentos privilegiados para ampliarmos o conhecimento sobre o mundo, sobre cada situação” (2017, p. 77). Destarte, a compreensão acerca da questão socioambiental passa pela compreensão dos conflitos territoriais e das lutas emancipatórias na disputa pelo “comum”, buscando no campo da ecologia política novos rumos para a economia política:

A luta pela preservação da floresta igualmente não pode ser desconectada da percepção de que necessitamos de um novo modelo de sociedade, não mais assentada na busca do lucro, mas do verdadeiro desenvolvimento humano, na qual os seres humanos possam se desenvolver plenamente e estabelecer relações não contraditórias e/ou degradantes com a natureza. Uma condição necessária para que se estabeleça outra relação entre sociedade e natureza é que se construa uma nova relação entre os seres humanos, desta vez pautada na igualdade social. Aqui deve residir nossa fonte de otimismo (Marques, 2019, p. 35).

A necessidade de uma transição com mudanças estruturais reconhece que os acordos internacionais são insuficientes para enfrentar a crise ambiental.

E, na atualidade, com a ascensão de governos de extrema direita, a retomada de medidas protecionistas e a decisão pela ruptura com acordos, se descortina uma tendência em aprofundar o uso da política climática para assegurar o lugar do mercado a fim de “solucionar” o caos provocado pelo próprio capitalismo. Pois, enquanto se exportam matérias-primas e alimentos, a população brasileira enfrenta a fome, a desterritorialização e múltiplas violências, conforme a Comissão Pastoral da Terra registra.

Dessa forma, as mudanças climáticas têm reforçado o capitalismo, em vez de abrir os caminhos para uma real transição. Quer dizer, uma transição climática sustentável só é possível com uma transição classista, ecossocialista, feminista e antirracista, o que implica mudanças que reestabeçam o sociometabolismo, que rompam com as desigualdades raciais e de gênero. Nos termos precisos de Ferdinand: “a justiça ambiental está intimamente ligada às lutas decoloniais no mundo” (2022, p. 260).

O movimento ambientalista precisa romper com a ideia de terra sem gente como forma de preservação ambiental, pois nessa leitura o capital se beneficia ocupando os territórios habitados por povos tradicionais, seja com empreendimentos que desterritorializam comunidades, ou as tornando reféns da manutenção dos territórios integrados ao mercado de carbono, seja fazendo a gestão privada de áreas públicas de conservação, conforme decretos assinados na gestão de Jair Bolsonaro. Assim, o capital provoca o caos climático e vende “soluções verdes”.

A realização da COP-30 em 2025 na Amazônia indicará a temperatura não só do clima, mas da política mundial para o próximo período, revelando se os povos amazônidas participarão efetivamente da conferência com incidência sobre as decisões multilaterais, pois suas lutas nos territórios podem ter alcance global, inspirando outras lutas emancipatórias e construindo e aprofundando alianças na diversidade: “A riqueza da biodiversidade e da cultura amazônida deve sustentar um projeto regional, que por sua dimensão e conteúdo se transforma em projeto para a humanidade” (Marques, 2019, p. 281).

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza*. São Paulo: Elefante, 2019
- ARÁOZ, Horácio M. *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade*. Tradução de João Perés. São Paulo: Elefante, 2020
- BRAND, Ulrich & WISSEN, Markus. *Modo de vida imperial: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global*. Tradução de Marcela Couto. São Paulo: Elefante, 2021
- BRUM, Eliane. *Banzeiro Ôkôtô – uma viagem à Amazônia centro do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021
- BRETTAS, Tatiana. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020
- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 112, out/dez. 2012
- FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017
- FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Tradução Letícia Mei. São Paulo: Ubu editora, 2022
- FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV; Ed. UFRJ, 2010
- GORZ, Andre. *Bâtir la civilisation du temps libéré. Le monde diplomatique*. Éditions Les Liens qui Libèrent, 2013
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014
- IPCC. *Mudança do clima 2021: a base científica*. Sumário para formuladores de políticas. Tradução realizada pelo governo brasileiro. Tradução de Mariane Arantes Rocha de Oliveira. Disponível em https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/IPCC_mudanca2.pdf
- LEFF, Enrique. *Ecologia política: uma perspectiva latino-americana*. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Tradução de Sigrid de Mendonça Andersen e Adriano Scandola. Curitiba, Ed. UFPR, v. 27, jun/2013
- LEFF, Enrique. *Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialização da vida*. Tradução Jorge Calvimontes. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2021
- MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, CW; MICHELOTTI, Fernando. *Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021
- MARQUES, Gilberto S. *Amazônia: riqueza, degradação e saque*. São Paulo: Expressão Popular, 2019
- MARX, K.A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. *O capital – crítica da economia política*. Tradução Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, tomo 2 (Coleção Os economistas)
- MARK, K. Maquinaria e grande indústria. In: MARK, K. *O capital – crítica da economia política*. Tradução Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, tomo 2 (Coleção Os economistas)
- NEVES, Eduardo G. *Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central*. São Paulo: Ubu/Edusp, 2022
- PAINEL CIENTÍFICO PARA A AMAZÔNIA. *Diálogos entre saberes por uma Amazônia que queremos: debatendo o futuro e o presente da Amazônia*. Agência Bori, Nexo Políticas Públicas.

Disponível em <https://www.aamazoniaquequeremos.org/wp-content/uploads/2023/10/Publicac%C3%A7%C3%A3o-SPA-Bori-Nexo.pdf>. Acesso em 13/12/2024

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 107, setembro 2015, p. 63-90. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/6018>

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. *Amazônia: Encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In CLACSO. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf, acesso em 30/04/2021

SAITO, Kohei. *O capital no Antropoceno*. Tradução Caroline M Gomes. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2024

SANTOS, J. S. et al. Conflitos socioambientais e lutas de classe. Em Araújo, N. (Org.) *Estado, questão ambiental e conflitos socioambientais*. Sergipe: UFS, 2020

SVAMPA, Maristela. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro decolonial e novas dependências*. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019

TANURO, D. *L'impossible capitalisme vert*. Paris: Éditions La Découverte, 2012